

PERCEPÇÃO DOS GETORES MUNICIPAIS NOS AVANÇOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E SUAS INFLUÊNCIAS NO DESEMPENHO SOCIAL

VICTOR ILHA VASQUES

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

FABIANO CAETANO DE SOUZA

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

FÁBIO DE SOUZA MEDEIROS JÚNIOR

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

DR. ANDERSON BETTI FRARE

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a percepção dos contadores de prefeituras brasileiras acerca de temas vinculados à Responsabilidade Social Corporativa (RSC), e o subsequente efeito dessa percepção no Desempenho Social das instituições municipais. O estudo adota uma abordagem quantitativa, com a coleta de dados realizada por meio de questionários, aonde os participantes da pesquisa são contadores de prefeituras municipais demais de vinte estados brasileiros. A escolha dos contadores se justifica pela sua responsabilidade na análise e divulgação de relatórios financeiros, ambientais e sociais nas esferas de gestão. As variáveis do constructo (Percepção das Partes Interessadas; Percepção da Importância da RSC; Proatividade; RSC e Desempenho Social) são mensuradas por meio de uma escala *Likert* de 6 pontos. O modelo e o teste de hipóteses serão conduzidos pelo PLS-SEM. O estudo visa oferecer contribuições positivas para a literatura de RSC, especialmente no contexto de uma economia emergente e interinstitucional como o Brasil.

Palavras chave: Responsabilidade Social Corporativa, Sustentabilidade, Setor Público.

1. INTRODUÇÃO

A temática de responsabilidade social corporativa (RSC) é um assunto bastante difundido na literatura, existem diversas definições para o conceito (Bowen, 1953; Davis, 1960; Frederick, 1960; McGuire, 1963; Davis e Blomstrom 1966; Eells e Walton, 1974; Sethi, 1975; Fitch, 1976; Carroll, 1979, 1991; Jones, 1980; Epstein, 1987).

As divulgações de informações socioambientais podem sofrer influência do aspecto institucional do país em que a organização atua (Ferri, 2017; Jamali e Neville, 2011; Oliveira et al., 2018). Em países emergentes, como o Brasil, a divulgação é feita explicitamente, motivada por expectativas de stakeholders e direcionada a busca de uma legitimação em um meio institucional mais instável (Matten e Moon, 2008).

No Brasil a RSC é pouco explorada no setor público, havendo grande incipiência de trabalhos que abordam a sua aplicação e funcionalidade a esta esfera. Ressalta-se que o Brasil, economia emergente e com grandes impactos na percepção dos avanços da América do Sul (Klein & Luna, 2021), é dividido em, principalmente, três esferas de gestão pública, são elas: Federal (macro), Estadual (meso) e Municipal (micro). As prefeituras são responsáveis por

aspectos de gestão a nível micro, voltadas diretamente à realidade da população brasileira, podendo lidar, mais diretamente, com quesitos sociais, ambientais e financeiros específicos de cada região (D'Adamo, 2022).

A responsabilidade social é necessária por parte das autoridades governamentais, já que são as responsáveis por criar legislações, fiscalizar e tomar medidas para auxílio da sociedade como um todo (Satterthwaite, 2021). Neste sentido, torna-se necessário entender a percepção da gestão de prefeituras brasileiras sobre a importância da RSC e suas relações com o desempenho social analisado na sociedade. Portanto, assim surge o objetivo do presente trabalho, que é analisar a percepção dos contadores de prefeituras das mais diversas localidades do Brasil acerca de temas vinculados à RSC, e o efeito no desempenho social destas. Para tal, serão aplicados questionários aos contadores, de cidades dos mais de vinte estados brasileiros, para analisar questões sociais e suas influências através de suas percepções.

O estudo contribui para a literatura relacionada à RSC, principalmente em um contexto econômico emergente e interinstitucional como o Brasil. Ademais, com a inclusão da variável proatividade no modelo de pesquisa, traz robustez à importância da proatividade como um elemento de influência da implementação de RSC, assim como seus efeitos no desempenho social das prefeituras brasileiras.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E HIPÓTESES

As questões teóricas do estudo (que são abordadas na Figura 1) são baseadas, principalmente, no contexto da RSC aplicadas ao setor público a nível micro. Questões de sustentabilidade têm um papel importante para obtenção do sucesso corporativo (Eccles et al., 2014; Porter e Kramer, 2006). RSC define-se como o conjunto de práticas e voltadas a adoção de políticas e ações que promovam a transparência de seu impacto na sociedade e no meio ambiente, além de buscar resultados financeiros. É considerada uma obrigação ética e estratégica para as organizações em sua relação com stakeholders (Carroll, 1999). No setor público, o framework RSC é um aliado na busca pela melhora na transparência governamental quanto aos seus impactos socioambientais, e no alinhamento e com os objetivos de desenvolvimento sustentável (Clements & Bowrey, 2010).

A Nova Gestão Pública (New Public Management) foi um marco relevante neste processo, sedimentando eficiência e accountability, outrora princípios ligados ao setor privado, em organizações públicas. No entanto, desafios persistem, como a falta de consistência e comparabilidade nos relatórios de RSC (Clements & Bowrey, 2010). A integração de práticas relacionadas à RSC nos sistemas de controle gerencial é impulsionada pela percepção das expectativas das partes interessadas sobre comportamentos sustentáveis e responsáveis, quanto maior a percepção de que as partes interessadas esperam comportamentos responsáveis, maior é a integração de controles relacionados à RSC, refletindo em mudanças organizacionais que atendem essas expectativas (Feder & Weißenberger, 2021).

Portanto, sugere-se a primeira hipótese do estudo.

Hipótese 1: As expectativas socioambientais das partes interessadas estão relacionadas positivamente com CSR.

A integração de práticas de RSC depende parcialmente da percepção de gestores sobre sua relevância. Gestores que atribuem alta importância à RSC tendem a direcionar esforços para integrar práticas relacionadas à sustentabilidade em sistemas e operações organizacionais.

Essa percepção age como um motivador essencial para que a RSC transcenda a superficialidade e se torne parte integrada das estratégias e procedimentos organizacionais (Feder & Weißenberger, 2021). No contexto da administração pública municipal, contadores que percebem a RSC como um elemento central podem desempenhar um papel ativo na

implementação de práticas que promovam sustentabilidade, transparência e impactos sociais positivos. Isso é especialmente relevante em prefeituras, onde a adoção de práticas de RSC pode contribuir para melhores resultados sociais e maior alinhamento às demandas da sociedade. Assim, a hipótese H2 é respaldada pela evidência de que a valorização da RSC por parte de gestores influencia diretamente sua integração e aplicação em processos organizacionais.

Hipótese 2. A percepção da importância da RSC por parte dos contadores da esfera municipal brasileira se relaciona positivamente com a RSC propriamente dita.

Ao abordar de forma proativa as necessidades e os requisitos dos stakeholders, as organizações podem gerar vantagens competitivas que resultam de seu comportamento (Judge e Douglas, 1998; Knight, 1997), gerando um melhor desempenho, capacidade de sobrevivência e o sucesso de longo prazo da organização em comparação a outras.

A proatividade pode ser uma postura em relação à RSC ou uma pré-condição para obtenção de vantagem competitiva. No modelo tridimensional de RSC de Carroll (1979), a dimensão da filosofia de responsividade é um continuum da reação com a proatividade, com isso a organização pode apresentar uma abordagem reativa ou proativa à RSC. A dimensão cognitiva da RSC desenvolverá uma observação semelhante sobre como fazer interação e com isso, os atores internos podem evitar problemas internos (Tsai e Ghoshal, 1998). Organizações que apresentam posições mais elevadas da abordagem cognitiva da RSC, podem aumentar ganhos informacionais e se demonstrarem proatividade, serão capacitados para um melhor uso do conhecimento para identificar novas oportunidades (Tang et al. 2021).

Sendo que, um crescimento na acessibilidade das organizações, nos indicadores de mercado e na experiência das necessidades e desejos das partes interessadas são as vantagens oferecidas pela proatividade (Hughes e Morgan, 2007). Assim, propõe-se a terceira hipótese do estudo.

Hipótese 3. A proatividade dos contadores da esfera municipal brasileira se relaciona positivamente à RSC.

Organizações proativas estão mais propensas a identificar e se adaptar às expectativas das partes interessadas, incluindo expectativas relacionadas à sustentabilidade e ao impacto social. Instituições proativas tendem a tomar a RSC não como uma obrigação, mas como uma oportunidade tático-estratégica de melhora do desempenho organizacional e de geração de valor (Feder & Weißenberger, 2021). Essa relação traduz-se na capacidade da organização em antecipar demandas locais e implementar iniciativas que impactem positivamente as comunidades atendidas pelas prefeituras. Deste modo, elabora-se a quarta hipótese do estudo. Hipótese 4. A proatividade se relaciona positivamente e diretamente relacionada às esferas do desempenho social a partir da percepção dos contadores da esfera municipal brasileira.

A RSC alinha ações com os interesses de stakeholders e valores sociais da instituição, resultando em melhorias na reputação, fortalecimento das relações com as partes interessadas e direcionamento para o cumprimento de objetivos de desenvolvimento sustentável (Clements & Bowrey, 2010; Lu et al. 2012; Sangle, 2009). Se a RSC representa as práticas socioambientais adotadas pela organização para mitigar os impactos negativos e intensificar os positivos, o desempenho social representa a percepção das partes interessadas sobre o sucesso e qualidade destas práticas (Wang, 2010).

A mensuração do desempenho social de uma organização é um processo desafiador, mas necessário (Yudi et al., 2022). Bachiller e Garcia-Lucalle (2017) utilizam o investimento de entidades financeiras espanholas em RSC como indicador de desempenho social. No entanto, a percepção de desempenho social por parte dos stakeholders não se reserva apenas na faceta financeira, sendo acometida de alto grau de subjetividade (Yudi et al., 2022).

Ações como investimentos em infraestrutura garantidora de direitos sociais são expectativas típicas das partes interessadas no setor público brasileiro, que estão ligadas ao

conceito de responsabilidade social e têm um impacto positivo direto na comunidade local, e por consequência, tendem a influenciar a percepção de desempenho social da instituição (Wang, 2010; Yudi et al., 2022), bem como ações ligadas a *disclosure* socioambiental (Chen et al., 2022). Por fim, desenvolve-se a quinta e última hipótese do estudo.

Hipótese 5. RSC tem relação significativa e positiva com desempenho social

3. MÉTODO

A proposta do artigo é analisar a relação dos fatores que se relacionam com a RSC e demais fatores que podem ser influenciados por ela, mais especificamente na esfera municipal, portanto, busca-se analisar através da percepção de contadores de prefeituras municipais de todos os estados do Brasil, a fim de compreender como são vistos os aspectos sociais relacionados à RSC e suas relações. A aplicação dos questionários será realizada através de e-mail, com contato telefônico para reforçar a importância da resposta aos contadores de diversas prefeituras, dos mais de vinte estados brasileiros.

A escolha dos contadores se deu devido a sua responsabilidade pela análise e divulgação de relatórios financeiros, ambientais e sociais das esferas de gestão macro, meso e micro brasileiras. O questionário teve seus tópicos previamente validados em estudos anteriores e a escala Likert utilizada foi de 6 pontos. O modelo e o teste de hipóteses serão conduzidos pelo PLS-SEM, pois, para Yudi et al., (2022), que possui uma capacidade de previsão mais precisa para examinar as estruturas que contém na pesquisa e responder aos seus objetivos e hipóteses fundamentadas. O presente estudo entende que a importância da RSC e Desempenho Social das prefeituras são mensurados conforme uma abordagem de medição de Percepção das partes interessadas, Percepção da importância da RSC e Proatividade. Com isso, é possível observar na Tabela 1 a relação das variáveis e seus autores de base.

Para mensurar as percepções das partes interessadas, foi utilizado questionário com base em Clarkson (1995). A importância percebida foi medida utilizando itens da subescala "Importância da Ética e Responsabilidade Social" desenvolvida por Etheredge (1999) com base em Singhapakdi et al. (1996). Quanto à proatividade, foram incluídos itens da escala de "orientação empreendedora" criada por Covin e Slevin (1989) e traduzida por Schmelter (2009). Para avaliar a RSC foram selecionados os itens da escala de Turker (2009), que será utilizada de maneira adaptada já que a escala é aplicada ao setor privado. Por fim, para avaliar o desempenho social embasamos os tópicos através do estudo seminal de Ruf et al. (1998), que desenvolve a mensuração do desempenho social corporativo.

4. CONTRIBUIÇÕES E IMPACTO ESPERADO

O presente estudo visa oferecer contribuições positivas para a literatura de RSC, especialmente em se tratando da conjuntura de uma economia em desenvolvimento e em um contexto institucional complexo, característico como o Brasil. Adicionalmente, o trabalho adiciona robustez ao modelo de pesquisa ao incluir a variável proatividade como elemento de influência na implementação da RSC e em seus efeitos no Desempenho Social das prefeituras brasileiras.

5. REFERÊNCIAS

Adnan, S., Hay, D., & Van Staden, C. J. (2018). The influence of culture and corporate governance on corporate social responsibility disclosure: A cross country analysis. *Journal of Cleaner Production*, 198, 820–832.

Bowen, H. R. (1953). *Social Responsibilities of the Businessman* (Harper and Row, New York).

Carroll, A. B. (1991). The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. *Business Horizons* 34(4), 39–48.

Carroll, A. B. (1999). Corporate Social Responsibility: Evolution of a definitional construct. *Business & Society*, 38(3), 268–295.

Clarkson, M.E. (1995). A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *Acad. Manag. Rev.* 20 (1), 92e117.

Clements, M. D., & Bowrey, G. D. (2010). Corporate social responsibility in public sector supply chains: An insight. *Journal of New Business Ideas & Trends*, 8(2), 1–13.

Coluccia, D., Fontana, S., & Solimene, S. (2018). Does institutional context affect CSR disclosure? A study on Eurostoxx 50. *Sustainability*, 10(8), 2823.

Covin, J.G., Slevin, D.P. (1989). Strategic management of small firms in hostile and benign environments. *Strat. Manag. J.* 10 (1), 75e87.

Davis, K. (1960). Can Business Afford to Ignore Social Responsibilities? *California Management Review* 2(3), 70–76.

Davis, K. and R. L. Blomstrom. (1966). *Business and Its Environment* (McGraw-Hill, New York).

Jensen, J. C., & Berg, N. (2012). Determinants of Traditional Sustainability Reporting Versus Integrated Reporting. An Institutional Approach. *Business Strategy and the Environment*, 21(5), 299–316.

Jones, T. M. (1980). Corporate Social Responsibility Revisited, Redefined. *California Management Review* 22(3), 59–67.

Maali, B., Casson, P., & Napier, C. (2006). Social reporting by Islamic banks. *Abacus*, 42(2), 266-289.

McGuire, J. W. (1963). *Business & Society* (McGraw-HiU, New York).

Porter, M., Kramer, M. (2006). *Creating shared value*. Harv. Bus. Rev. 84, 76e92.

Tang, J., Levasseur, L., Karami, M., & Busenitz, L. (2021). Being alert to new opportunities: It is a matter of time. *Journal of Business Venturing Insights*, 15, e00232.

Tsai, W., & Ghoshal, S. J. A. o. m. J. (1998). *Social capital and value creation: The role of intrafirm networks*. 41(4), 464-476.

Turker, D. (2009). Measuring corporate social responsibility: A scale development study. *Journal of business ethics*, 85, 411-427.